

TERRITÓRIO E SUSTENTABILIDADE: UMA QUESTÃO DE RESPONSABILIDADE?

Carmem Lúcia Santos¹, Maria das Dôres Saraiva de Loreto²

RESUMO – Nos últimos anos a preocupação com a sustentabilidade encontra-se ainda mais intensificada, no contexto das políticas públicas com enfoque territorial, tendo em vista os problemas de natureza socioeconômica e as orientações ambientais. Assim, o objetivo deste estudo é examinar o significado da sustentabilidade, por meio de pesquisa qualitativa, que fez uso do Teste de Associação Livre de Palavras, considerando as percepções dos membros do Colegiado de Desenvolvimento do Território do Alto Sertão Sergipano. De acordo com os resultados, a palavra sustentabilidade estava associada à “*responsabilidade*”, “*compromisso*”, “*respeito*” e “*parcerias*”, com ênfase no coletivo e em algumas dimensões da sustentabilidade, por meio da educação, como também à *conservação do meio ambiente e qualidade de vida*, além de *crescimento e harmonia* com o *meio ambiente*. Conclui-se que a sustentabilidade é percebida pelos conselheiros como um conceito integrador, centrado na responsabilidade com o meio ambiente e valorização do ser humano, por meio da racionalidade ambiental e ecologização da sociedade.

Palavras-chave: Desenvolvimento, meio ambiente, responsabilidade, sustentabilidade.

TERRITORY AND SUSTAINABILITY: A RESPONSIBILITY QUESTION?

ABSTRACT – In recent years, concern about the sustainability is further intensified, in the context of public policies with a territorial approach, considering socio-economic problems and environmental orientations. Thus the aim of this study is to examine the meaning of sustainability, through qualitative research, which made use of the Test of Free Word Association, considering the perceptions of members of Development Collegiate of Territory of Alto Sertão Sergipano. According to the results, the word sustainability was associated with “*responsibility*”, “*compromise*”, “*respect*” and “*partnerships*”, with emphasis on the collective and in some dimensions of sustainability, through education, but also with conservation of the environment and quality of life, beyond growth and harmony with the environment. We conclude that sustainability is perceived by counselors as an integrator concept, focusing on responsibility to the environment and human valorization, through environmental rationality and greening of society.

Keywords: Development, environment, responsibility, sustainability.

1. INTRODUÇÃO

Como uma proposição de conciliação e consenso entre a crítica ambiental e a sociedade industrial, consagrou-se o termo sustentabilidade, que tem sido objeto de vasta discussão, desde o final do século passado, em especial na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, realizada

na Rio-92. E, atualmente, temos como parâmetro importante a Rio+20, cujos resultados finais são insuficientes para apontar a humanidade em uma trajetória de sustentabilidade, uma vez que os limites ambientais do planeta já foram ultrapassados, sendo necessárias ações de maior efetividade. Este cenário, segundo Marcondes (2012), se complica com a previsão de aumento da população mundial para nove bilhões de

¹ Aluna do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Geografia da Universidade Federal de Sergipe. Professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe - IFS, Campos São Cristóvão/SE. E-mail: carmemls@infonet.com.br

² Professora Associada do Departamento de Economia Doméstica/Universidade Federal de Viçosa - UFV/MG. E-mail: dorinhasaraiva@hotmail.com



pessoas até 2050, conjugado com o atual modelo de produção e consumo adotado pela maior parte da economia global, que se apoia na aceleração do consumo para a produção de crescimento econômico, com uma enorme pressão sobre os recursos naturais.

Assim, apesar dos inúmeros debates sobre essa questão, ainda, na atualidade, mantém-se uma relação não equilibrada entre meio ambiente e desenvolvimento, porque as ações políticas sustentam-se pelas condições de modernidade e não valorização das pessoas e meio ambiente. Nesse sentido, a preocupação com esse tema intensifica-se ainda mais, no contexto da dimensão territorial e no quadro das políticas públicas, tendo em vista a visão desenvolvimentista, que não contempla o equilíbrio entre as dimensões de natureza social, econômica e ambiental.

Como destacam Zhou et al. (2005, p.17) “a adequação ambiental constitui, então, um verdadeiro paradigma, inserido na visão desenvolvimentista que, ao apostar na modernização ecológica, motiva ações políticas que atribuem ao mercado a capacidade institucional de resolver a degradação ambiental”. Ou seja, a adequação dos processos produtivos para o alcance da sustentabilidade não tem sido feita da maneira adequada, dado a ênfase em apenas uma possível “revolução da eficiência”, em detrimento de um debate maior sobre a necessária “revolução da suficiência”. Os autores reconhecem que para alcançar a chamada “revolução da suficiência”, a modernização deve ocorrer acompanhada da intervenção do Estado racional e das correções advindas da sociedade civil, que implicam em novos princípios de valorização da natureza, organização da sociedade, além de novas estratégias de reapropriação dos processos produtivos.

Tal racionalidade ambiental aponta para uma perspectiva mais ampla e integradora, que não associe o desenvolvimento local [territorial] com valores produtivistas ou essencialmente econômicos, mas como espaço potencial para a sustentabilidade, que atenda aos critérios de democracia política, equidade social, eficiência econômica, conservação ambiental, respeito à diversidade cultural, enfim, valorização do ser humano e suas experiências vivenciadas, demandas ou necessidades concretas (Jara, 2012).

Levando em conta tais aspectos, que envolve, concomitantemente, economia, política e ecologia, reacendeu-se o debate sobre o tema e, desta vez, numa

perspectiva multidimensional da sustentabilidade, que, conforme ressalta Cunha (2012), deve integrar ou inter-relacionar o homem com os recursos naturais, dimensão tecnológica, sociopolítica e cultural.

Dentro dessa concepção, entende-se que, para promover a sustentação e a integridade dos ecossistemas seria necessário considerar uma dimensão territorial, uma vez que, nessa abordagem, o desenvolvimento é visto como um processo participativo, em que o território é um espaço de liberdade, produto de interação homem-espaço, foco de políticas públicas, que buscam favorecer a proximidade social e a solidariedade, envolvendo diversos tipos de atores sociais (governo, empresas, cidadãos e trabalhadores e organizações não governamentais), que podem cooperar nos processos de decisões locais para a solução dos problemas socioambientais.

Entretanto, como argumentam Carvalho & Marin (2011), o Estado pode propugnar a construção social de um modelo de desenvolvimento sustentável, considerando como visão de mundo legítima, isto é, como se fosse o próprio desejo da sociedade se transformando em realidade, mas a questão é: como esse conceito é apropriado pelos agentes sociais, em função do seu cotidiano e experiências?

Nesse contexto, o problema do estudo em questão centra-se no fato de que o desenho das políticas públicas possui, em geral, uma concepção de cima para baixo e de fora para dentro, sem considerar o conhecimento e participação dos atores sociais envolvidos diretamente com a realidade local.

Assim, considera-se que os resultados da pesquisa possam contribuir para que o manejo dos recursos seja compatível com as metas e projetos coletivos, dentro de um novo padrão de desenvolvimento, que considere o bem estar comum e a melhoria da qualidade de vida das pessoas que vivem no meio rural. Para tanto, exige-se o conhecimento e o desenvolvimento das bases conceituais que envolvem diretamente os atores sociais, de forma a abordar a realidade complexa, a construir uma nova racionalidade social, que incorpore as condições ecológicas e socioculturais de um desenvolvimento equitativo e sustentável e, portanto, com qualidade de vida.

Nesse sentido, foi estruturado o presente artigo, que tem como objetivo examinar o significado da

sustentabilidade, considerando as percepções dos conselheiros do Colegiado de Desenvolvimento do Território do Alto Sertão Sergipano.

2. REFERENCIAL TEÓRICO DE ANÁLISE: SUSTENTABILIDADE

A preocupação no Brasil com a situação de pobreza e exclusão social das populações rurais e, portanto, com o desenvolvimento sustentável, tem provocado mudanças no desenho institucional das políticas públicas destinadas à agricultura familiar. Isto significou a incorporação da noção de Território Rural, bem como a emergência de experiências participativas de planejamento, organização e controle social.

No estudo em questão, a categoria território é vista como espaço relacional, defendida por Haesbaert (2011, p.56), ao afirmar que o “território é relacional não apenas no sentido de incorporar um conjunto de relações sociais, mas também no sentido [...] de envolver uma relação complexa entre processos sociais e espaço material [...]”. Ou seja, o sentido relacional do território é a percepção de que ele não significa simplesmente um atributo natural ou um espaço físico; mas, sobretudo, uma rede de relações de natureza cultural, social, econômica, ecológica e política. Justamente, por ser relacional, o território inclui movimento, fluidez e as conexões entre os indivíduos e os grupos, buscando-se a territorialização das políticas públicas e o alcance da sustentabilidade.

Na concepção de diversos autores, o processo de mundialização tem induzido as desigualdades entre as nações e dentro das mesmas, com conflitos e desequilíbrios no poder político, econômico e socioambiental, considerando que se privilegia, de acordo com o padrão tecnológico e de consumo, a eficiência econômica, à custa da deterioração das condições ambientais e humanas (Acerald, 2012).

Essa situação de conflito ou de confronto entre as esferas econômica, social e ambiental não é recente. Como ressalta Leff (2006, p.225), no “período do iluminismo, a racionalidade científica pautava-se em um projeto ideológico que colocava o homem independente das leis-limite da natureza”. Nesse sentido, o modelo mecanicista deu sustentação a uma racionalidade econômica modelada pela razão cartesiana e pela física newtoniana, que ignorava as condições ecológicas limitativas e potencializadoras da produção.

Todavia, com o transcorrer do tempo, por volta da década de 1960, surgiram movimentos sociais e debates epistemológicos no campo da ciência, cujo objetivo era lançar bases para se tentar superar algumas dicotomias vigentes no pensamento científico, como: objetividade/subjetividade; indivíduo/sociedade; agente/estrutura e natureza/cultura. Nesse contexto, surgiram as críticas aos custos crescentes da reprodução do sistema produtivo e às contradições da produção capitalista, no sentido de se denunciar a alienação mais radical do que a simples expropriação da mais-valia, ou seja, a alienação entre a sociedade industrial e a natureza, o sujeito e o mundo (Zhou et al., 2005, p.13).

A primeira grande discussão internacional acerca dos riscos da degradação ambiental se deu na Conferência de Estocolmo em 1972. A partir daí, as divergências e desentendimentos sobre a questão ambiental e o desequilíbrio socioeconômico perduram desde os prognósticos catastróficos do Clube de Roma e as críticas aos mesmos pelos teóricos que se identificaram com as teorias do crescimento (Brüseke, 2003, p.30).

Efetivamente, no contexto de debates entre ambientalistas e industrialistas, mesmo os paladinos do desenvolvimento não deixaram de perceber os impasses relativos à poluição e à escassez de recursos para a produção industrial. Segundo Leff (2006, p.223) “a crise ambiental foi o grande desmancha-prazeres na comemoração do triunfo do desenvolvimento, expressando uma das falhas mais profundas do modelo civilizatório da modernidade”. O autor alerta para essa perspectiva multidimensional de atuação transformadora, ao ressaltar que o alcance da sustentabilidade implica em:

“necessidade de interiorizar um saber ambiental emergente no corpo das ciências naturais e sociais para construir um conhecimento capaz de integrar a multicausalidade e as relações de interdependência dos processos da ordem natural e social que determinam, condicionam e afetam as mudanças socioambientais, assim como para construir uma racionalidade produtiva fundada nos princípios do desenvolvimento sustentável” (Leff, 2006, p.225).

Considera-se que racionalidade produtiva ancorada na sustentabilidade, definida como racionalidade ambiental, é decorrente de um processo de produção de conhecimentos e de transformações sociais. Ou seja, é uma categoria que aborda as relações em um contexto amplo, sejam entre instituições, organizações,



práticas e movimentos sociais, que atravessam o campo conflitivo do ambiental e norteiam as formas de percepção, acesso, uso e gozo dos recursos naturais, assim como a qualidade de vida e os estilos de desenvolvimento das populações. Trata-se de um conjunto de processos sociais que orientam ações para a construção de uma nova racionalidade social e para transitar a uma economia global sustentável (Leff, 2006, p.241).

Diante disso, conforme destaca o referido autor, extrai-se que a questão ambiental é uma problemática basicamente social. Os processos de destruição do meio ambiente e degradação socioambiental, como a perda da fertilidade dos solos; assoreamento, contaminação e redução dos recursos hídricos; marginalização social, desnutrição, pobreza e miséria, são resultados de práticas equivocadas e inadequadas de exploração dos recursos naturais, advindas de um modelo depredador de crescimento e de padrões tecnológicos guiados pela racionalidade da maximização dos benefícios econômicos de curto prazo.

Nesse cenário, pode-se dizer que a agricultura tecnificada e a crescente urbanização do meio rural vêm transformando o meio ambiente e introduzindo externalidades, que alteram o equilíbrio ambiental, em função do acentuado processo de erosão hídrica e eólica e, conseqüentemente, degradação do solo, contaminação e assoreamento dos aquíferos, redução da flora e fauna, alterações de microclimas e de ciclos biogeoquímicos (ciclo do carbono, da água e do nitrogênio); além de implicarem na supressão de áreas produtoras de alimento (Ribaski et al., 2009).

Essa não adequação da ocupação e interferência humana nos ecossistemas rurais tem exigido a adoção do princípio da conservação, inclusive no sentido de que as áreas naturais protegidas não fiquem apenas no círculo científico, mas que se transformem em preocupação social, política e ambiental (CODEVASF/SYTEC, 1999). Segundo Tedesco (1999), na década de 1990, impulsionados pela exaustão das terras, descapitalização dos agricultores e graves agressões à natureza, passaram a ser incentivados os programas e ações, que visassem o alcance da sustentabilidade. Desde então, os estudos têm mostrado a importância

do planejamento ambiental das pequenas propriedades agrícolas, que leve em consideração a capacidade de suporte dos recursos naturais.

Isto implica que o desenvolvimento para ser sustentável deva integrar ou inter-relacionar o homem (indivíduos e famílias) com os recursos naturais, dimensão tecnológica, sociopolítica e cultural, de forma que suas necessidades básicas sejam satisfeitas e que seja promovida sua autonomia (*self-reliance*).

De acordo com Redclift (1992), esta concepção essencialmente de baixo para cima (*bottom-up*) ou de dentro para fora (*from within to outside*) pressupõe uma gestão mais racional dos ecossistemas locais, porque a sua estruturação se faz com a participação da população local, que depende do conhecimento cultural, do respeito mútuo e do fortalecimento dos laços de solidariedade.

Enfim, não há como negar que na relação população/meio ambiente, a questão da escolha de modelos de desenvolvimento e de tipos de tecnologia torna-se fundamental para assegurar tanto a eficiência dos sistemas produtivos quanto a equidade social e a proteção ambiental. Assim, pode-se pressupor que o desenvolvimento territorial sustentável tem como premissa fundamental o reconhecimento da insustentabilidade do padrão de desenvolvimento das sociedades contemporâneas, em função da priorização das questões econômicas e não integração dos elementos ambientais, com reflexos na gestão social³ das políticas de desenvolvimento territorial.

Como comenta Ribeiro (2000), a não integração dos elementos do meio ambiente deve-se ao desequilíbrio ecológico interior dos homens, que é, em última instância, responsável pelos distúrbios ecológicos externos. Para tanto, considera-se necessário ecologizar a família e a sociedade, para que adotem formas de pensar, de comunicar, de agir e de produzir menos agressivas ao meio ambiente ou mais harmonizada com os processos naturais.

Essa visão é compartilhada por Engberg (1992), que considera a importância da existência de uma constante interação dos indivíduos, uns com os outros, e com todas as coisas vivas e não vivas em seu meio ambiente, por meio de três sistemas ambientais: o sistema

³ A gestão social envolve processos interativos ou sócio-políticos entre atores sociais, por meio de três componentes estratégicos: planejamento, organização e controle social (Oliveira et al, 2011).

natural, o sistema tecnológico e o sistema sócio institucional. A mesma autora comenta, também, que o adequado seria buscar maneiras de inserir atividades produtivas, dentro de uma visão de desenvolvimento sustentável, seguindo uma abordagem ecossistêmica, em que há possibilidade de análise e interpretação das interações recíprocas dos indivíduos e das famílias com seu ambiente mais próximo (microambiente) e com o meio que os circundam (macroambiente).

Várias pesquisas compartilham a ideia de que a sustentabilidade das ações é mais provável de ser alcançada, se o desenvolvimento for mais endógeno (associado à descentralização, atitude mental coletiva e participação democrática), isto porque, em um espaço de menor escala, torna-se mais fácil programar mudanças, pela própria mobilização dos atores e de suas sinergias sociais, como também, pelo fato de se ter um maior conhecimento do ambiente físico, da matriz cultural, dos recursos/demandas da sociedade e de suas oportunidades e potencialidades.

Entretanto, como comentam Faria et al. (2001), para que esta gestão descentralizada seja correta e possa alcançar a sustentabilidade, deverá existir um balanço entre o desejo da sociedade e a capacidade do sistema local, enfocando-se três aspectos: i) uso sustentável dos recursos, para que os processos naturais de reposição ocorram e, assim, o sistema possa renovar-se sempre; ii) crescimento sustentável, onde a questão básica deve estar centrada na limitação dos recursos, pois não pode haver crescimento que seja sustentável sem o controle do crescimento populacional e do consumo “*per capita*” dos recursos; iii) e a noção de desenvolvimento sustentável, que implica na ligação ou na integração de elementos do ambiente, de forma apropriada. “Ou seja, a sustentação é um conceito integrador, centrado em três princípios que são: aceitação, eficiência e harmonia”. Exemplificando, nada deve ser imposto de forma segregada e indesejável. A integração ideal também pode ser um processo eficiente, por meio da sinergia com outras atividades e processamentos de recursos já existentes, evitando-se a competição e buscando-se a resolução dos conflitos e um desenvolvimento equilibrado e harmônico (Coelho et al., 2003).

Assim, as discussões acerca do desenvolvimento, obrigatoriamente, deveriam agregar à dimensão econômica, os aspectos sociais, tecnológicos, culturais e ambientais, para que na formulação das políticas

pudessem ser consideradas questões, tais como: justiça social, conservação do meio ambiente e manutenção da qualidade de vida da população rural, especialmente dos pequenos agricultores e trabalhadores rurais. Ou seja, o desenvolvimento territorial sustentável deveria incorporar, além da dimensão agroeconômica, a ambiental, social e política. Dessa forma, novos parâmetros para o funcionamento da economia deveriam ser estabelecidos, em que o acesso aos recursos naturais, a capacidade de suporte dos ecossistemas, para o sustento das populações humanas, possam constituir as bases para o estabelecimento de políticas, objetivando uma distribuição equitativa dos custos e benefícios sócio-ambientais (Schettino et al., 2000).

Nesse sentido, como destaca Silveira (2005), o conceito de [...] sustentabilidade vem sendo crescentemente enfatizado em seus aspectos multidimensionais. Ou seja, tem sido formulada a ideia de sustentabilidade ampliada, em termos de política-institucional (demanda participativa, ampliação da esfera pública), socioeconômica (equidade, inclusão social, novos padrões de produção-circulação-consumo), ambiental (preservação e recuperação da biodiversidade) e cultural (sócio-diversidade).

Segundo o supracitado autor, essa realidade tem feito com que a agricultura familiar passe por um rápido processo de mutação social e econômica. Cada dia aumenta-se a pluriatividade dos produtores familiares, cresce a diversificação das fontes de renda, surgem novas combinações de atividades produtivas e de estratégias familiares de sobrevivência; assim como, outros mecanismos de socialização e democratização são requeridos. E, é nesse ambiente que são identificadas as condições estruturais, que favorecem perspectivas, como a do desenvolvimento local ou territorial.

Assim, como comentam Matos (2012), têm sido buscadas estratégias de desenvolvimento local, baseadas no desenvolvimento sustentável, que amparem o enfoque de gestão de território rural, tendo como ponto de partida a análise das dimensões técnica, econômica, social, ambiental e política, e como objetivo a promoção do bem-estar e da qualidade de vida da sociedade. Nesse mesmo sentido, Leff (2006) aponta um conjunto de processos sociais necessários para a incorporação das condições ecológicas e bases de sustentabilidade aos processos econômicos, sendo eles:



“a incorporação dos valores do ambiente na ética individual, nos direitos humanos e nas normas jurídicas que orientam e sancionam o comportamento dos atores econômicos e sociais; a socialização do acesso e a apropriação da natureza; a democratização dos processos produtivos e do poder político; as reformas do Estado que lhe permitam mediar a resolução de conflitos de interesses em torno da propriedade e aproveitamento dos recursos e que favoreçam a gestão participativa e descentralizada dos recursos naturais; as transformações institucionais que permitam uma administração transversal do desenvolvimento; a integração interdisciplinar do conhecimento e da formação profissional e a abertura de um diálogo entre ciências e saberes não científicos” (Leff, 2006, p.241).

Nesse contexto, a construção da sustentabilidade enfrenta desafios diante da heterogeneidade cultural de nossa sociedade que, por sua vez, se contrapõe à forma homogeneizante de intervenção na natureza. Diante disso, as propostas de sustentabilidade devem ser plurais, todas sob uma visão que articule as dimensões da equidade, da igualdade, da distribuição, assim como da universalidade do direito de viver na singularidade (Zhou et al., 2005, p.19).

Brito (2000) comenta acerca dessa construção da sustentabilidade, ao afirmar que uma das estratégias para proteger a integridade dos ecossistemas seria o estabelecimento e manutenção das categorias de manejo, que estejam de acordo com o uso dos recursos naturais; em razão das especificidades locais, tanto econômicas, políticas como culturais. Ou seja, essas unidades precisam ser partes das estratégias de manejo sustentável e do sábio uso dos recursos naturais, com a função de “*encontrar as necessidades das pessoas [...]*”, significando a provisão da produção sustentada de produtos e serviços para a família e comunidade e, em igual medida, a proteção da biodiversidade, por meio de três campos de atuação: conservação dos ecossistemas, controle da poluição e educação ambiental.

3. MATERIALE MÉTODOS

A pesquisa, de natureza qualitativa, constitui o enfoque metodológico do trabalho, pois, conforme Minayo et al. (2009), é por meio da fala que resgatam vivências, lembranças, valores, significados, crenças, sentimentos, que podem proporcionar o desvelar dos significados, das representações e, ao mesmo tempo, enriquecer a análise dos dados e informações obtidas.

Desse modo, as metodologias qualitativas são capazes de incorporar a questão do significado e da intencionalidade, como inerentes aos atos, relações e estruturas sociais, como construções humanas significativas, no intuito de interpretar os significados, sejam de natureza psicológica ou sociocultural trazidos pelos indivíduos (Minayo, 2007).

O estudo foi realizado no Território do Alto Sertão Sergipano, que se encontra localizado na microrregião Sertão do Baixo São Francisco, divisa com os Estados de Alagoas, Pernambuco e Bahia, formado por sete municípios: Canindé do São Francisco, Gararu, Nossa Senhora da Glória, Nossa Senhora de Lourdes, Monte Alegre de Sergipe, Poço Redondo e Porto da Folha (Figura 1). Suas áreas territoriais, consideradas conjuntamente, perfazem 4.901 Km². Uma parcela significativa de sua população vive em áreas rurais (58,35%) cuja principal atividade econômica é agropecuária, com destaque para pecuária extensiva e cultura de subsistência, desenvolvidas, na maioria dos casos, em pequenas propriedades (IBGE, 2010).

Além disso, de acordo com Veiga (2003), as cidades do estudo em questão, além de apresentar baixa densidade demográfica, têm características predominantemente rurais. Essas características, apontadas pelo autor, foram constatadas na forte ligação dos homens e mulheres desse território com o campo, com respeito aos hábitos de vida diária, à representação cultural, aos setores de trabalho e, sobretudo, com relação à história de vida familiar. Certamente, o que marca esse rural nos homens e mulheres desse território é a forte relação com a terra no plantar e no criar.

O Território, concebido como uma unidade de planejamento do desenvolvimento, um espaço geográfico com identidade, com história, vivido por pessoas e reconhecido pelo Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA), em 2003, como “Território Rural”, foi renomeado passando a chamar “Território da Cidadania”, em 2008. Nesse espaço relacional está incluído o Colegiado de Desenvolvimento Territorial, como forma de motivar os municípios e os atores sociais, que interferem nas políticas públicas locais, a criarem condições de parcerias, priorizando os espaços rurais de grande demanda.

A população do estudo envolveu os conselheiros, em cena, representativos das entidades, com vínculo consistente, que integram o Colegiado de Desenvolvimento do Território do Alto Sertão Sergipano

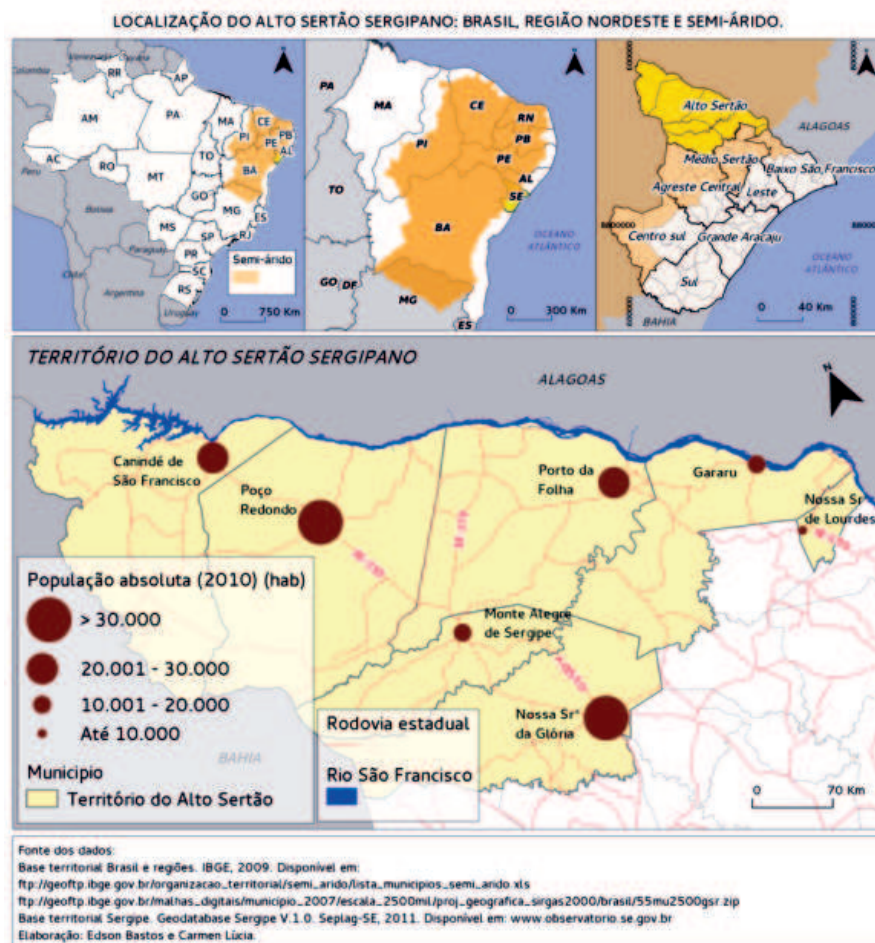


Figura 1 - Localização do território do Alto Sertão Sergipano.
 Fonte: IBGE: Base territorial, 2011.

(Figura 2), instância de participação, constituído por 50 (cinquenta) membros, formado por dois terços (2/3) provenientes de movimentos sociais e Organizações Não Governamentais e um terço (1/3) de instituições do setor público (federal, estadual e municipal).

Em termos das técnicas de pesquisa, fez-se uso da pesquisa bibliográfica incluindo trabalhos e estudos disponíveis sobre a questão da sustentabilidade e da entrevista semiestruturada, organizadas em roteiros, aplicadas no período de 2011 a julho de 2012, que segundo Severino (2007, p.124) “visa apreender o que os sujeitos pensam, sabem, representam, fazem, argumentam”.

Dessa forma, procurou-se aplicar o Teste de Associação Livre de Palavras, sendo solicitado

a cada conselheiro que expressasse a sua percepção sobre o significado da palavra Sustentabilidade. De acordo com Machado & Carvalho (2002), a técnica de associação livre de palavras é um tipo de investigação aberta que se estrutura na evocação de respostas dadas, a partir de um estímulo indutor, o que permite evidenciar universos semânticos de palavras, que se agrupam determinadas populações.

Os dados qualitativos, obtidos por meio do depoimento dos conselheiros, foram transcritos, categorizados e analisados tematicamente, de acordo com os conteúdos das respostas e seu freqüenciamento, conforme propõe a técnica de análise de conteúdo (Bardin, 2011).

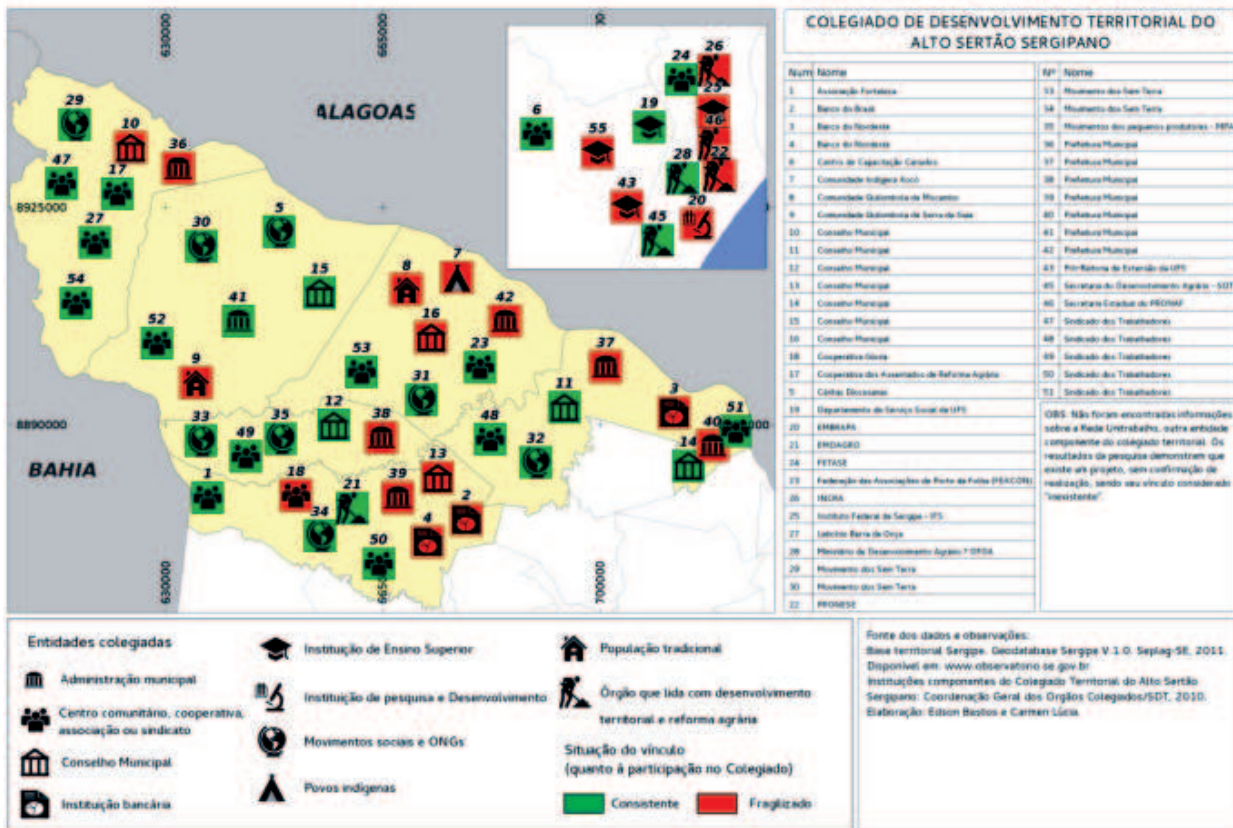


Figura 2 - Entidades componentes do Colegiado de Desenvolvimento Territorial do Alto Sertão Sergipano. Fonte: SANTOS, C.L. Pesquisa de campo, 2011.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados da análise do significado de sustentabilidade, feita a partir do Teste de Associação Livre de Palavras, identificaram categorias, tanto de forma isolada quanto integrada. Entretanto, apesar de ter sido apontado um único significado, seu sentido é amplo, como foi o caso da palavra “responsabilidade”, “compromisso”, “respeito” e “parcerias”, com ênfase no coletivo e em algumas dimensões da sustentabilidade, por meio da educação.

Assim, conforme relato a seguir apresentado, na percepção de um conselheiro: “Sustentabilidade é *responsabilidade*, talvez não seja das pessoas que fazem o território e sim dos que executariam as tarefas - ações do território: os gestores públicos” (Entrevista realizada em junho de 2012). Essa percepção associa sustentabilidade à responsabilidade, mas daquelas pessoas que executam as ações do território e, portanto,

àquelas que detêm o poder. Pois, embora exista nesse espaço um consenso sobre as prioridades das ações e projetos destinados a atender às demandas específicas desta população, estas ações, são, ainda, bastante frágeis para influenciar na definição das políticas públicas territoriais, por conta da herança cultural manifestada na centralização dos processos de tomada de decisão pelos gestores públicos e, por conta disso, criam-se distorção da visão territorial. Isso significa que as antigas práticas do poder político não foram eliminadas no embate de posições, de opiniões e de resolução dos conflitos e são transportadas para o “território objetivado por relações [...] de poder e dominação” (Raffestin, 1993, p.143).

Outro significado remetido à sustentabilidade diz respeito ao “compromisso”, já que alguns [conselheiros] assinalaram que: “Sustentabilidade é o *compromisso* de cada um em que está ali. [...] ter um compromisso



coletivo, de todos que está ali. Um compromisso com a proposta de fato, com a visão territorial” (Entrevista realizada em maio de 2012). Nesse aspecto, a falta de entendimento sobre a visão do território como um todo dificulta e fragiliza o seu avanço, constantemente lembrado na fala de um entrevistado “o território teria um papel fundamental se os gestores públicos entendessem e agissem com uma visão territorial, porém, eles só têm uma visão municipal”.

Tais processos corroboram a pesquisa realizada por Leite (2010, p.107), que “adverte para o fato de esses novos espaços, derivados do processo de descentralização das políticas públicas, têm reforçado a dimensão local-municipal”, levando a conflitos derivados da partilha efetiva do poder entre a esfera estatal e as representações da sociedade civil local.

Os relatos que evidenciam a expressão “o pensar coletivo” são também reveladores de que a ausência dos gestores públicos nas plenárias leva a que muitas ações propostas pelo colegiado, especificamente, as demandas da sociedade civil organizada, não sejam executadas, ficando refém de seus interesses. Ou seja, as ações são tomadas *top down*, sem ter o caráter territorial, como aponta a seguinte fala: “sustentabilidade refere-se [...] o compromisso de gestores, e mais participação popular dos movimentos – como também os gestores municipais [...] em projetos que venham beneficiar a maior parte da população” (entrevista realizada em junho, 2012).

Pode-se considerar que este tipo de gestão contraria a estrutura de governança territorial, não favorecendo a sustentabilidade do processo de desenvolvimento, na medida em que tende a privilegiar aqueles grupos que possuem domínio na estrutura de poder local, por meio de um comportamento tecnoburocrático e monológico, em vez de um gerenciamento mais participativo e deliberativo (Oliveira et al., 2011).

O agir coletivamente é percebido como componente da sustentabilidade ao associá-la com a palavra “parceria”, conforme relatado:

Na minha percepção a sustentabilidade está associada a *parcerias*, que [...] são essenciais para o desenvolvimento das atividades, porque só a associação não funciona. As *parcerias* promovem a organização do espaço. Por exemplo, a apicultura. Aí eu vou mapear as instituições que trabalham com isso, SEBRAE, CODEVASF, eu procurando as *parcerias* eu tenho a grande

possibilidade de potencializar as atividades, eu também tenho a possibilidade de trazer algum investimento, capacitação de alguns produtores, pode ser feito um intercâmbio (Entrevista realizada em julho de 2012).

Esse comportamento em prol do coletivo e do bem comum é compartilhado por Tenório (2011, p.82) ao afirma que: “[...] os diferentes atores, através de seus diferentes papéis, devem compartilhar suas responsabilidades em prol do interesse geral do território”.

Outro conjunto de relatos apoia-se na palavra “respeito”, com ênfase na dimensão ambiental, como reportado a seguir: “[...] sustentabilidade é ter respeito para com o próximo, ter responsabilidade com aquilo que fazemos. Porque eu acho que [...] quando tratamos de sustentabilidade vemos a questão ambiental” (entrevista realizada em maio de 2012). Esse posicionamento é compartilhado por Freitas (2012, p.65) ao destacar que: “Não se admite, no prisma sustentável qualquer evasão da responsabilidade humana, vedado o retrocesso no atinente à biodiversidade. [...] não pode haver qualidade de vida e longevidade digna em ambiente degradado”.

Além de situar a questão ambiental como um elemento importante da sustentabilidade, os conselheiros apontaram a educação como um meio para que esta seja alcançada, afirmando: “*educação* é um todo, um meio, não adianta pensar nessa sustentabilidade se você pegar um papel e jogar no lixo. Mas se você tiver uma educação de forma geral de pensar no meio em que vive. A educação é fundamental”. (Entrevista realizada em julho de 2012).

Segundo Freitas (2012), educação sustentável é antes de tudo para a pluridimensionalidade do desenvolvimento e para a causalidade de longo espectro, que busca erradicar a coerção do imediatismo reducionista que tudo destrói, sem nada aperfeiçoar. Objetiva uma mudança dos padrões insustentáveis de produção e de consumo da população, de forma que a mesma assuma compromissos e responsabilidade com o meio ambiente e a futuridade, por meio da participação popular. Entretanto, para que esses compromissos sejam internalizados nos indivíduos/famílias, é preciso realizar um trabalho de conscientização, considerando os valores, os problemas, necessidades e aspirações da população local; por meio do esclarecimento, informação técnica, formação de valor,



educação, ecologização da cultura e, conseqüentemente, das políticas públicas. Porém, para ecologizar as políticas públicas, não bastam leis e regulação, torna-se necessária coerência, responsabilidade e ação proativa, visando promover o bem-estar econômico e social, com um estilo de desenvolvimento harmonizado com a qualidade ambiental e comprometido com as gerações futuras.

Existiam, entretanto, algumas falas dos conselheiros que expressaram o significado de sustentabilidade conjugando determinadas palavras, como: *conservação, preservação do meio ambiente e qualidade de vida*, afirmando que: “Para mim sustentabilidade seria a não degradação do meio ambiente e a melhoria da qualidade de vida da população”. Outro conselheiro associou *crescimento e harmonia com o meio ambiente*, destacando que:

[...] na minha ótica o *meio ambiente* que a gente vive ele tem que ter uma harmonia, tem que ter um crescimento do ser humano mais ao mesmo tempo ele precisa saber estudar o meio que vive e conseguir viver com esse meio, por isso tem que ter harmonia entre crescimento e a convivência (entrevista concedida em abril de 2012).

[...] tudo na vida é desenvolvimento, quando você em crescimento pensa em desenvolver, agora desenvolver sem repor uma hora fica em escassez. Então temos que pensar no desenvolvimento sustentável, porque ao mesmo tempo em que você dá um passo para o desenvolvimento dá um passo para o melhoramento das condições que o homem vive (entrevista concedida em junho de 2012).

A visão integradora da sustentabilidade associando diferentes dimensões é reportada no modelo de Buarque (1999), apresentado na Figura 3, que trata do desenvolvimento sustentável marcado por três dimensões: equidade social, conservação ambiental e racionalidade econômica. Essas dimensões encontram-se articuladas, demonstrando que o desenvolvimento sustentável é o processo que leva a um grau crescente de compatibilização das três dimensões, em termos de: maior equidade social, conservação ambiental e racionalidade econômica. Assim, fora da interseção dos três círculos, ocorreriam desequilíbrios entre as dimensões do desenvolvimento sustentável, representados pela pobreza e desigualdade social, degradação ambiental e ausência de eficiência econômica, que são influenciados pelo padrão tecnológico, padrão de consumo e estrutura de renda.

Essa perspectiva mais ampla e integradora pressupõe que o alcance da sustentabilidade não pode estar pautado somente por critérios econômicos ou produtivistas, mas deve incorporar espaços para conservação ambiental, equidade social e respeito à diversidade cultural, o que significa, em última instância, como apontam Cunha (2012) e Jara (2012), a valorização do ser humano e sua integração com os recursos naturais, tecnológicos, socioculturais e políticos, por meio de uma perspectiva multidimensional da sustentabilidade.

Segundo Freitas (2012, p.49), a natureza multidimensional da sustentabilidade envolve o entrelaçamento de suas dimensões (Social, Econômica, Ambiental, Jurídico-política e Ética), porque o bem estar é multidimensional, envolvendo a opção deliberada pelo reequilíbrio dinâmico a favor da vida. Assim, deve existir uma adequada ponderação ou “trade-off” ente eficiência e equidade intra e inter-geracional, por meio da reestruturação do consumo e da produção, com ciência, prudência, tecnologia e qualidade ambiental.

Em suma, como destaca o supracitado autor, essas dimensões encontram-se intimamente vinculadas, uma vez que a sustentabilidade sustenta uma compreensão integrada da vida, pois, entendido em sua condição multifacetada, o princípio da sustentabilidade suscita uma transformação do estilo de vida das pessoas e da afirmação da responsabilidade compartilhada.

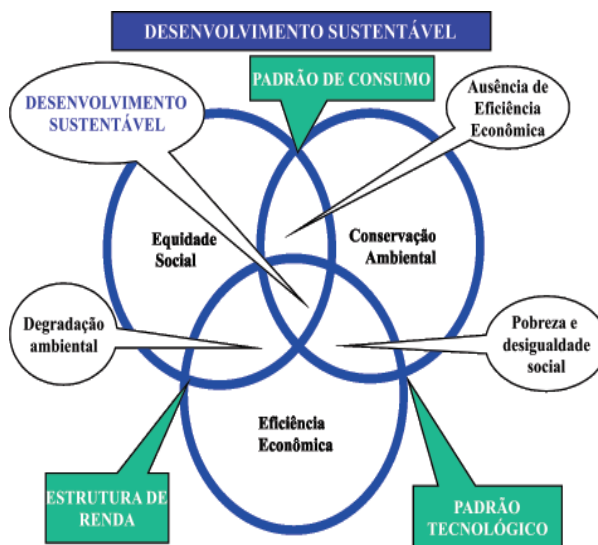


Figura 3 - Dimensões do desenvolvimento sustentável. Fonte: Buarque, S.C. (1999).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A discussão desenvolvida neste estudo evidência limites e desafios da sustentabilidade, reconhecida como uma questão de responsabilidade com o meio ambiente e com as pessoas, pelos conselheiros do colegiado de desenvolvimento territorial do Alto Sertão Sergipano. Aponta possibilidade de avanço de uma visão de mundo (e de economia) mais ampla, para além dos valores eminentemente baseados no desempenho financeiro e no lucro pelo lucro, predominantemente na sociedade moderna de hoje, desde que vincule um modelo de desenvolvimento centrado no ser humano por meio de uma perspectiva multidimensional da sustentabilidade e dentro do enfoque territorial; isto é, considere os processos de ecologização e de mudanças de atitudes, no sentido de constituir uma arena de convergência de interesses, mediante processos de cooperação, parceria e participação consciente de todos os atores.

Nessa perspectiva, fica o entendimento de que a sustentabilidade é uma condição necessária para a organização, a viabilidade das atividades, a igualdade de oportunidade, e a sua evolução em harmonia com os pilares do desenvolvimento sustentável, designadamente as dimensões econômica, social, cultural e ambiental.

Além disso, o alinhamento da educação com o significado da sustentabilidade é fundamental, reflete como um processo em que todos os seres humanos e sociedades podem alcançar seu potencial mais elevado, por meio de uma perspectiva educacional que busque integrar todas as pessoas para que elas assumam a responsabilidade de criar um futuro sustentável. Como ressalta Burszty (2001, p.68) a educação é base para a sustentabilidade, pois é formadora de mentalidades, de mudanças de atitudes. Todavia “só se pode pensar um projeto de mudanças de mentalidades com continuidade das políticas correspondentes”. Desse modo, a sustentabilidade deve ser encarada como um compromisso com o futuro e como uma alternativa para que as organizações encontrem melhores soluções aos problemas que afligem o homem e o meio ambiente.

Mesmo cientes das limitações da pesquisa, por não contemplar todos os atores sociais envolvidos com a política de desenvolvimento do Território do Alto Sertão Sergipano, bem como os vários questionamentos que o desenvolvimento do tema requer,

considera-se que a proposta apresentada estimula novas investigações, no sentido de ampliar o conhecimento acerca da sustentabilidade, considerando novas formas de pensar, agir e produzir, para sustentar a vida na terra, em termos da racionalidade ambiental, diante das incertezas, instabilidades e conflitos da sociedade contemporânea.

6. LITERATURA CITADA

ACERALD, H. **Sustentabilidade, tempo e espaço**. Disponível em <www.pbsd.tits.org.br/cadernos>. Acesso em: 07/07/2012.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70/LDA, 2011.

BRITO, M.C.W. **Unidades de conservação - intenções e resultados**. São Paulo: Annablume: FAPESP, 2000. 230p.

BRÜSEKE, F.J. O problema do desenvolvimento sustentável. In: CAVALCANTI, C. (Org.). **Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável**. 4.ed. São Paulo: Cortez; Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2003.

BUARQUE, S.C. **Metodologia de planejamento de desenvolvimento local e município sustentável**. Brasília: Instituto Intern. de Cooperação para Agricultura, 1999.

BURSZTYN, M (org). **A difícil sustentabilidade: Política energética e conflitos ambientais**. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.

CARVALHO, S.P.; MARIN, J.O.B. Problemas ambientais desencadeados pelo Plano Nacional de Agroenergia: o caso de Itapuranga, Goiás. **Interações**, Campo Grande, v.12, n.2, p.235-247, 2011.

CODEVASF/SYTEC. **Reserva legal – projeto Jaíba (Etapa I): Plano de Manejo**. Cinelândia/RJ: SYTEC, 1999. 152p.

COELHO, B.S.; LORETO, M.D.S. et al. Realidade e potencialidades turísticas no município de Ipatinga: uma análise exploratória sobre o turismo rural. In: Congresso Brasileiro de Economia Doméstica e V Mostra Latino-americano de Economia Doméstica. 2003. Guarapari. **Anais...** Guarapari, ES: ABED/UFV, CD ROM, 2003. 7p.



- CUNHA, F.L.S.J. **Desenvolvimento, agricultura e sustentabilidade.** Disponível em <http://www.cori.rei.unicamp.br>. Acesso em 21/07/2012.
- CMMAD. Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. **Nosso futuro comum.** Rio de Janeiro: Ed. UGV, 1988.
- ENGBERG, L.E. Family resource management issues from an ecological systems perspective. **Research Issues.** Ontário, 1992.
- FARIA, D.S.; CARNEIRO, K.S. **Sustentabilidade ecológica no turismo.** Brasília: Universidade de Brasília, 2001.
- FREITAS, J. **Sustentabilidade - Direito ao Futuro.** BH: Fórum, 2012.
- HAESBAERT, R. **Concepções de território para entender a desterritorialização.** In: SANTOS, M. et al. Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial. Rio de Janeiro: Lamparina, 2011. 3.ed, 1. Reimpressão, p.43-71, 2011.
- IBGE. **Censo 2010.** Disponível no site: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatística/popul>>. Acesso em 03/11/2011.
- JARA, C.J. **Sustentabilidade do desenvolvimento local: desafios de um processo em construção.** Disponível em <www.iica.org.br>. Acesso em 10/08/2012.
- LEFF, E. **Racionalidade ambiental - A reapropriação social da natureza.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- LEITE, S.P. **Governança das políticas públicas para o desenvolvimento territorial rural no Brasil.** In: MOREIRA, R.J.; BRUNO, R. (org.). Dimensões rurais de políticas brasileiras, Rio de Janeiro, Edur/UFRRJ, 2010. p.105-136.
- LIRA, W.S.; CÂNDIDO, G.A. **Perspectiva Contemporânea**, v.3, n.1, p.31-45, 2008.
- MARCONDES, D. **O futuro que queremos?** Disponível em <http://www.advivo.com.br/blog/luisnassif/as-criticas-ao-documento-final-da-rio-20>>. Acesso em 19/10/2012.
- MACHADO, L.B.; CARVALHO, M.R.F. **Construtivismo entre alfabetizadores: algumas reflexões sobre o campo semântico de suas representações.** Disponível em <<http://www.anped.org.br/reunioes/25/posteres/laedamachadop10.rtf>> Acesso em 07/07/2012.
- MINAYO, M.C.S.; DESLANDES, R.G.; GOMES, R. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** 28ª Ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2009.
- _____. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde.** São Paulo: Hucitec, 2007.
- MATOS, A.G. **Desenvolvimento humano, pobreza rural e inclusão social.** Disponível em: www.nead.org.br Acesso em 22/07/2012.
- OLIVEIRA, J.R.; ALLEBRANDT, S.L.; SAUSEN, J.O. et al. A gestão social no contexto do programa territórios da cidadania: os casos dos municípios de Braga, Campo Novo e Coronel Bicaco - RS. In: **5º Encontro Nacional de Pesquisadores em Gestão Social.** Florianópolis/SC, 26 a 28 de Maio de 2011.
- RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder.** São Paulo: Ática, 1993.
- REDCLIFT, M. **Sustainable development – exploring the contradictions.** London: Richard Clay, 1992.
- RIBASKI, J.; RODOMSKI, M.I. **Sistemas silvipastoris: aspectos da pesquisa com eucalipto e grevilea nas regiões Sul e Sudeste do Brasil.** Colombo: Embrapa Florestas, 2009. Acesso 10 de agosto de 2012.
- RIBEIRO, M.A. **Ecologizar - pensando o ambiente humano.** 2.ed. Belo Horizonte: Rona, 2000. 398p.
- SCHETTINO, L.F.; SOUZA, A.L.; SILVA, M.L. et al. Diagnóstico para a gestão florestal sustentável no Espírito Santo. **Revista Árvore**, v.24, n.4, p.445-456, 2000.

SEVERINO, A.J. **Metodologia do trabalho científico**. 23.ed. revisada e atualizada. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVEIRA, M.A.T. Turismo y sustentabilidad – entre el discurso y la acción. **Estudios y Perspectivas em Turismo**, v.14, n.3, p.222-242, jul 2005.

TEDESCO, J.C. **Terra, trabalho e família: racionalidade produtiva e ethos camponês**. Passo Fundo: UPF: Editora, 1999.

TENÓRIO, F.G. **Descentralização político-administrativa, gestão social e participação cidadã**. In: DOLLABRIDA, V.R. (org.). Governança territorial e desenvolvimento. Rio de Janeiro: Garamond, 2011. p.73-93.

VEIGA, J.E. **Cidades imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula**. 2.ed. Campinas: Autores Associado, 2003.

ZOURY, A.; LASCHEFSKI, K.; PEREIRA, D.B. **A insustentável leveza da política ambiental – desenvolvimento e conflitos socioambientais**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

Recebido para publicação em 30/09/2012 e aprovado em 16/10/2012.

